

Dimensão 1. Crescimento sustentável e economia resiliente

<p>Escala de notação geral</p> <p>Subcritérios de notação</p>	-2	-1	0	+1	+2	+3
	<p>O projeto pode fragilizar a economia ao favorecer um modelo de crescimento não sustentável e não resiliente</p>	<p>O projeto pode fragilizar a empresa/ entidade que implementa o projeto OU favorecer a conservação de modos de produção e consumo não sustentáveis</p>	<p>O projeto não tem efeito significativo sobre a sustentabilidade do crescimento OU a resiliência da economia</p>	<p>O projeto contribui para melhorar o desempenho do modelo econômico (competitividade, eficiência no uso dos recursos) E/OU para a recuperação da atividade econômica</p>	<p>O projeto contribui para melhorar o desempenho do modelo econômico e suas capacidades de adaptação aos futuros desafios (demografia, esgotamento dos recursos, clima etc.)</p>	<p>O projeto introduz mudanças estruturais na economia (planejamento, supervisão, investimentos, financiamentos, regulação do mercado) que favorecem um crescimento sustentável e resiliente</p>
<p>Resiliência macroeconômica</p>	<p>Aumento significativo da vulnerabilidade da economia aos choques (aumento do desequilíbrio da balança de pagamentos, risco de inadimplência frente à dívida)</p>	<p>Risco de endividamento excessivo OU redução do patrimônio líquido ou das capacidades de financiamento próprio OU aumento significativo da concentração da economia em um único setor</p>	<p>Sem efeito sobre a resiliência macroeconômica</p>	<p>Aumento das receitas de exportação OU melhoria das receitas tributárias OU geração ou economia de moeda estrangeira OU redução do risco de choque de preços</p>	<p>Melhoria da balança dos pagamentos E/OU diversificação do modelo econômico E/OU redução da vulnerabilidade aos choques de preços (diversidade econômica e mecanismos de salvaguarda ou de resposta às flutuações)</p>	<p>Desenvolvimento do investimento na economia (melhoria do equilíbrio poupança/investimento) OU aumento da capacidade de consumo da população</p>
<p>Desenvolvimento territorial equilibrado</p>	<p>Aumento das desigualdades econômicas territoriais OU ausência de coerência com as políticas nacionais de ordenamento territorial</p>	<p>Aumento da concorrência econômica entre os territórios OU risco de perda de atratividade econômica dos territórios</p>	<p>Sem efeito sobre o ordenamento do território e a atratividade econômica</p>	<p>Fortalecimento da atratividade econômica do território: criação de empresas, infraestruturas, dinamismo das trocas, equipamentos, desenvolvimento de centros secundários etc.</p>	<p>- Melhoria da conexão de redes/ infraestruturas/sistemas regionais e nacionais (gestão, transportes etc.) - Infraestrutura que favoreça um desenvolvimento econômico equilibrado dos territórios e a resposta às mudanças futuras - Integração econômica nas cadeias regionais e internacionais</p>	<p>Investimento ou reforma que produz mudanças estruturais em benefício de um ordenamento e de um desenvolvimento mais equilibrados dos territórios rurais, urbanos e periurbanos (planejamento, investimento, integração, processo de descentralização etc.)</p>
<p>Comércio inclusivo</p>	<p>Exclusão das populações mais pobres da cadeia de valor (clientes, fornecedores, terceirizados)</p>	<p>Fragilização ou destruição não compensada do empresariado local</p>	<p>Sem efeito sobre o comércio inclusivo</p>	<p>Empresa local que beneficia uma população desfavorecida na cadeia de valor (enquanto cliente, fornecedora ou distribuidora)</p>	<p>Empresa local que beneficia uma população desfavorecida na cadeia de valor E oferece produtos/serviços com preços acessíveis a essas populações</p>	<p>Empresa social ou "Social business (SB)" cujo 1) objetivo principal seja ter um impacto social forte para as populações pobres; 2) modelo financeiro seja sustentável; e 3) governança seja democrática e respeite os princípios de responsabilidade socioambiental do SB</p>
<p>Economia local</p>	<p>- Atividades econômicas que comprometem o acesso das populações aos recursos naturais/ culturais e seu uso para atividades geradoras de renda (esgotamento dos recursos, destruição de ecossistemas etc.) - Destruição de empregos locais (inclusive fornecedores e terceirizados) - Desrespeito aos direitos econômicos locais</p>	<p>- Fragilização de um patrimônio OU de recursos de que dependam as populações para gerar renda OU para satisfazer suas necessidades básicas (alimentação, energia etc.) - Fragilização da economia local (falta de abertura à concorrência para as empresas locais qualificadas etc.)</p>	<p>Sem efeito sobre a economia local</p>	<p>- Desenvolvimento de atividades geradoras de renda - Criação de empregos locais temporários - Compra de materiais locais sustentáveis</p>	<p>- Desenvolvimento de atividades geradoras de renda ligadas à proteção de um patrimônio OU à exploração sustentável de recursos locais (artesanato, ecoturismo, farmacoopia tradicional etc.) - Criação de empregos permanentes locais (para além do projeto) - Estruturação de cadeias locais em circuito curto</p>	<p>- Ação institucional que permita acordos coletivos/certificações para uma melhoria das condições de trabalho, de produção e de consumo locais (ex: selo de qualidade) - Política nacional de compras sustentáveis (setores público e privado) - Enraizamento territorial de atividades de valorização dos patrimônios (ex. inclusão em planos de desenvolvimento local) - Mecanismos/medidas de incentivo à criação de cadeias locais sustentáveis</p>
<p>Inovações e cadeias de valor verdes</p>	<p>- Medida econômica (subsídio, tributo) ou política que vai de encontro ao desenvolvimento das cadeias verdes</p>	<p>- Substâncias ou processos de produção ou transformação que provocam poluição ou desperdício dos recursos naturais - Perda de inovação (conhecimento e know-how, redução dos financiamentos de P&D etc.)</p>	<p>Sem efeito sobre as inovações e as cadeias verdes</p>	<p>Uso de tecnologias e processos "sóbrios e eficientes": - Gestão eficiente das matérias-primas, água, energia etc. - Redução das poluições/matérias/ substâncias químicas utilizadas no ciclo - Reutilização, reciclagem e valorização dos resíduos</p>	<p>Estruturação das cadeias verdes adaptadas às mudanças futuras: - Desenvolvimento, transferência e divulgação de tecnologias e processos industriais limpos - Criação de redes de atores econômicos, polos de competência para as empresas verdes etc. - Inovações tecnológicas para melhor adequar a oferta e a demanda (redes inteligentes, soluções digitais etc.) - Economia do conhecimento</p>	<p>- Inclusão da cadeia verde entre as prioridades estratégicas de desenvolvimento econômico - Regulamentação de incentivo, tarifação, investimento, normas e certificações favoráveis ao desenvolvimento de cadeias verdes - Programa nacional com investimento de P&D, tecnologias e inovações respeitadas ao meio ambiente</p>

Os níveis 1 a 3 são progressivos e cumulativos: o nível superior só pode ser atingido se as condições do nível inferior forem cumpridas.



Dimensão 2. Bem-estar social e redução dos desequilíbrios sociais

Os níveis 1 a 3 são progressivos e cumulativos: o nível superior só pode ser atingido se as condições do nível inferior forem cumpridas.

	-2	-1	0	+1	+2	+3
Subcritérios de notação	O projeto contribui para a deterioração do bem-estar da sociedade	O projeto contribui para a deterioração do bem-estar individual	O projeto não tem efeito significativo sobre o bem-estar social	O projeto melhora o bem-estar individual	O projeto tem um efeito sobre a redução das desigualdades ou gera benefícios coletivos (convivência)	O projeto provoca uma mudança estrutural/sistêmica sobre a capacidade da sociedade de assegurar o interesse coletivo
Acesso efetivo a serviços básicos de qualidade	Seleção que provoca uma exclusão ou a segregação dos grupos	Degradação do acesso global ao serviço pelos indivíduos que leva à progressão das desigualdades sociais	Sem modificação significativa do acesso aos serviços básicos	Melhoria do acesso a um serviço básico ou melhoria da qualidade do serviço	Melhoria do acesso (ou da qualidade) a um serviço básico explicitamente para as populações excluídas/carentes	Melhoria do acesso (ou da qualidade) E da capacidade das instituições de fornecer um acesso equitativo a um serviço básico
Desenvolvimento de capacidades individuais ou coletivas Capital humano e social	Degradação das capacidades individuais e coletivas: políticas públicas que criam ou consolidam desigualdades já existentes (desertos escolares, aumento das taxas de matrícula etc.)	Degradação das capacidades individuais: características do projeto inadaptadas ao acesso à educação/capacitação para as pessoas excluídas/desfavorecidas	Sem efeito sobre o capital humano	Melhoria das capacidades individuais: saberes, know-how, continuum educação-capacitação	Melhoria das capacidades individuais E coletivas (capital social): criação de redes, capacitação para a gestão coletiva, socialização e trocas de conhecimentos	Medidas institucionais que favorecem o desenvolvimento do capital humano E social
Melhoria das condições/do ambiente de vida Capital físico	Degradação dos meios de existência E das condições de vida do coletivo (de um "grupo de meios de existência")	Degradação das condições/ambiente de vida	Sem efeito sobre os meios de existência ou as condições de vida	Melhoria das condições/ambiente de vida (habitação, saúde, alimentação, qualidade do ar etc.)	Melhoria das condições/ambiente de vida explicitamente para as populações excluídas/desfavorecidas	Melhoria das condições/ambiente de vida com inscrição no marco legislativo
Emprego e trabalho decente formal	Destruição de empregos E degradação das condições de trabalho	Destruição de empregos OU degradação das condições de trabalho	Sem efeito OU respeito das condições de trabalho decentes nas obras do projeto	Criação de empregos sem melhoria das condições de trabalho OU melhoria das condições de trabalho	Criação ou manutenção de empregos de qualidade E melhoria das condições de trabalho coletivas	Melhoria das condições de trabalho COM inscrição no marco legislativo
Participação/pertencimento à vida coletiva Capital social e cultural	Recuo da participação à vida coletiva E degradação do sentimento de pertencimento	Recuo da participação à vida coletiva OU degradação do sentimento de pertencimento/ OU ausência de consulta aos beneficiários na concepção do projeto	Sem efeito OU mecanismo participativo ad hoc para a concepção do projeto	Melhoria da participação nas escolhas coletivas OU do sentimento de pertencimento (a redes sociais locais)	Melhoria da participação nas escolhas coletivas (engenharia social, mediação etc.) E do sentimento de pertencimento (valorização do patrimônio, história, identidade etc.)	Melhoria da participação E do sentimento de pertencimento COM institucionalização do diálogo social entre a sociedade civil e o poder público
Segurança da renda em todas as idades	Deterioração de um sistema de proteção social inclusivo ou de mecanismos de solidariedade existentes	Degradação da cobertura individual de um risco	Sem efeito sobre os mecanismos de gestão do risco	Ampliação para todos da cobertura de um risco (mecanismo de seguro/ assistência)	Ampliação da cobertura de um risco COM mecanismos de solidariedade coletiva (socialização do risco)	Implementação de uma cobertura social universal E estabelecimento de uma política nacional inclusiva de proteção social
Redução dos fatores de sensibilidade às tensões e aos conflitos "Não prejudicar"	Consolidação de um conflito ou aumento do risco de conflito (consolidação dos divisores: tensões entre grupos, desigualdade de acesso a um recurso etc.)	Degradação da capacidade dos grupos de resolverem os seus conflitos (desaparecimento de um mecanismo de concertação etc.)	Não potencializa os riscos sociopolíticos	Fortalece a capacidade individual de gerenciar conflitos ou conectores	Fortalecimento da capacidade individual E coletiva das comunidades para resolverem os seus conflitos de forma pacífica	Implementação de mecanismos institucionais de estabilização sociopolítica



Dimensão 3. Igualdade de gênero

Escala de notação geral



Subcritérios de notação

Acesso aos serviços básicos

Aumento das desigualdades entre homens e mulheres em termos de acesso aos serviços básicos (especialmente em caso de exclusão de uma população predominantemente feminina)

Não-contemplação das necessidades das mulheres e dos homens em termos de acesso aos serviços básicos na concepção do projeto (diálogo, medidas), resultando na manutenção das desigualdades

Sem efeito de gênero em termos de acesso aos serviços básicos

Contemplação das necessidades diferenciadas de mulheres e homens em termos de acesso aos serviços básicos, OU diálogo iniciado com a contraparte SEM resultar em medidas específicas

Contemplação das necessidades específicas de mulheres e homens para garantir um acesso efetivo aos serviços básicos OU gratuidade/redução dos custos (focalizando mulheres, mães ou populações excluídas)

O objetivo principal ou transversal do projeto é a melhoria do acesso de mulheres e homens aos serviços básicos E o fim das barreiras físicas, sociais ou econômicas de acesso

Treinamento formação, emprego, controle dos recursos e da renda

Risco importante de agravamento das desigualdades em termos de formação, emprego e/ou controle dos recursos econômicos

Ausência de medidas/diálogo que permitam melhorar a igualdade de acesso entre homens e mulheres à formação, aos recursos/renda, apesar de oportunidades potenciais

Sem efeito de gênero em termos de formação, empregos e controle dos recursos e da renda

Diagnóstico das causas e diálogo iniciados sobre:
- a formação e o emprego;
- OU o controle dos recursos econômicos
Sem no entanto resultar em ações específicas

Um dos efeitos significativos esperados é a redução das desigualdades de acesso à formação, ao emprego e o acesso aos recursos econômicos (pela eliminação efetiva das barreiras)

Medida nacional, projeto que tenha por objetivo principal ou transversal a redução das desigualdades de acesso à formação, ao emprego e aos recursos econômicos

Acesso aos direitos e à justiça; combate à violência contra as mulheres (inclusive sexual)

Risco de aumento das desigualdades de gênero em termos de acesso aos direitos e à justiça E/OU de violências contra mulheres e meninas

Ausência de diálogo/medidas de redução das violências/melhoria dos direitos no país/tipo de projeto em que os riscos são claramente identificados e identificáveis

Sem efeito de gênero em termos de acesso aos direitos e à justiça E/OU de violências contra mulheres e meninas

Diagnóstico das causas e diálogo iniciados sobre a igualdade dos direitos e a redução das violências contra as mulheres e as meninas, sem no entanto resultar em ações específicas

Medida que permite melhorar efetivamente:
- a prevenção e a redução das formas de violência baseadas no gênero
- a luta contra o assédio, a discriminação, pelo respeito dos direitos das mulheres e meninas

Implementação efetiva de mudanças institucionais /leis OU projeto que tenha por objetivo principal ou transversal:
- os direitos das mulheres, o seu acesso aos direitos e à justiça
- e o combate às violências contra as mulheres e as meninas

Participação das mulheres nos espaços de decisão econômica, política e social

Aumento da desigualdade de gênero em termos de participação nas funções de direção na vida econômica, política ou pública

Na ausência de diálogo ou de medidas, manutenção da desigualdade de gênero em termos de participação nas funções de direção na vida econômica, política ou pública

Sem efeito de gênero em termos de participação nos foros de direção na vida econômica, política ou social

Diálogo com a contraparte sobre a igualdade de gênero no setor/na estrutura envolvida; apoio a uma maior inclusão das mulheres na vida econômica e política
Sem no entanto resultar em ações específicas

Fortalecimento das capacidades de levar em conta no setor: o gênero, o poder decisório das mulheres e a sua participação nas decisões

Participação igual de mulheres e homens nos foros de decisão econômica, política e social (empoderamento), e emancipação das mulheres

Concepção e governança de gênero no projeto

Exclusão dos processos decisórios baseada no gênero E/OU divisão dos papéis prevista no projeto com peso maior sobre as mulheres, em seu detrimento

Ausência de participação das mulheres ou dos homens nos processos decisórios/consultas públicas do projeto, por razões de gênero

Sem efeito de gênero em termos de concepção e de governança interna do projeto

Identificação dos obstáculos que limitam a participação das mulheres nos processos decisórios e na governança do projeto, sem no entanto resultar em ações específicas

Envolvimento igual das mulheres e dos homens nas instâncias decisórias do projeto, participação efetiva, monitoramento (por indicadores desagregados)

Envolvimento igual das mulheres e dos homens nas instâncias decisórias do projeto
E inclusão de um especialista em gênero nas estruturas de coordenação do projeto



Dimensão 4. Preservação da biodiversidade, gestão do meio ambiente e dos recursos naturais

Escala de notação geral



Subcritérios de notação

Funcionalidade dos ecossistemas

	-2	-1	0	+1	+2	+3
	O projeto traz prejuízos a habitats críticos	O projeto tem impactos residuais sobre o meio ambiente e os recursos naturais no plano local apesar da implementação de medidas compensatórias	O projeto não tem efeito significativo sobre a biodiversidade e os recursos naturais/ Em sua concepção, o projeto permite minimizar, ou até evitar , os impactos negativos	O projeto prevê medidas de melhoria da qualidade do meio ambiente e de uso sustentável dos recursos naturais no plano local	O projeto permite reduzir as pressões sobre os meios sensíveis e estabelecer uma gestão sustentável dos recursos naturais	O projeto permite melhorar sensivelmente a situação da biodiversidade por meio de ações de conservação e de gestão sustentável
	Perturbação irreversível dos ecossistemas: destruição de habitats críticos, perturbação da regulação do clima, das funções hidrológicas etc.	Fragilização dos ecossistemas: artificialização ou poluição dos meios (solos, água etc.), fragmentação do habitat	Sem modificação significativa dos ecossistemas	Melhoria localizada dos ecossistemas: redução da poluição dos meios, criação de área verdes nas cidades	Manutenção ou restauração da capacidade dos ecossistemas em produzir serviços: combate à degradação dos solos e à deflorestação, combate à artificialização dos cursos d'água, restauração dos meios etc.	Aumento da resiliência dos ecossistemas e da sua capacidade de produzir os bens e serviços esperados: redes de áreas protegidas, corredores ecológicos etc.

Uso dos recursos naturais

	- Exploração excessiva dos recursos naturais que compromete a sua capacidade de renovação - Introdução e propagação de espécies exóticas invasoras que ameaçam as espécies endógenas	- Degradação e exploração excessiva dos recursos naturais que compromete o seu acesso/disponibilidade no plano local. - Introdução intencional de espécies exóticas invasoras que ameaçam as espécies endógenas	Sem efeito notável sobre a situação dos recursos naturais locais	- Uso racional/eficiente dos recursos naturais: redução das perdas e do desperdício - Intervenção rápida, com métodos ecológicos, sobre espécies exóticas invasoras recém-descobertas	- Valorização de espécies locais e endêmicas - Práticas e exploração sustentáveis (floresta, lençol freático, pesca etc.) - Gestão por métodos ecológicos de espécies exóticas amplamente disseminadas	- Gestão integrada dos recursos naturais - Redução do consumo de produtos procedentes de espécies de fauna e flora selvagens ameaçadas - Proteção da diversidade genética agrícola - Prevenção da introdução e da propagação das espécies exóticas invasoras com métodos ecológicos
--	---	--	--	--	--	--

Inclusão das populações

	Consolidação de um conflito ou aumento do risco de conflito sobre o acesso e o uso dos recursos naturais	Redução do acesso das populações aos recursos naturais e do seu uso	Ausência de envolvimento das populações concernidas nas ações de conservação e de uso sustentável da biodiversidade	Envolvimento das populações concernidas conforme as necessidades/de forma pontual	Participação contínua das populações aos dispositivos de gestão, monitoramento ecológico, fiscalização e/ou controle previstos no projeto	Reconhecimento institucional do papel das populações locais na conservação e no uso sustentável da biodiversidade (comuns, gestão comunitária, cogestão etc.)
--	--	---	---	---	---	---

Melhoria e compartilhamento dos conhecimentos e das tecnologias pertinentes

	Deterioração das capacidades coletivas em melhorar os conhecimentos científicos e as tecnologias que permitam prevenir a extinção de espécies ou a degradação irreversível dos meios	Degradação das capacidades individuais de acesso aos conhecimentos e às tecnologias pertinentes para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade	Sem efeito sobre a melhoria e o compartilhamento dos conhecimentos científicos e das tecnologias pertinentes	- Disponibilização de informações científicas sobre a situação ecológica da área ou do recurso - Uso de tecnologias eficientes - Informação e conscientização sobre a biodiversidade	- Monitoramento ecológico ao longo do projeto - Fortalecimento das capacidades sobre a sustentabilidade dos usos e práticas, e sobre as melhores tecnologias disponíveis e acessíveis - Educação para o desenvolvimento sustentável	Melhoria dos conhecimentos científicos sobre a biodiversidade do país (fortalecimento dos sistemas de inventário, de monitoramento e avaliação) e da sua consideração nas decisões setoriais (ferramentas de subsídio ao processo decisório)
--	--	--	--	--	---	--

Criação de um ambiente favorável (incentivos econômicos, regulamentação, financiamentos)

	Regulamentação e incentivos econômicos que resultam na destruição dos ecossistemas e na exploração excessiva dos recursos	Criação de incentivos econômicos e regulamentos prejudiciais para a biodiversidade e os recursos naturais	Sem efeito sobre a criação de normas e regulamentos; Sem efeito sobre a mobilização de fluxos financeiros para a preservação da biodiversidade ou o manejo sustentável dos recursos naturais	- Implementação de medidas incitativas favoráveis à biodiversidade no plano local - Mapeamento dos direitos fundiários	- Criação de incentivos no plano setorial/regional para proteger um recurso - Titulação fundiária - Implementação de um marco favorável aos investimentos privados para o manejo sustentável dos recursos naturais	- Criação, no plano nacional, de um ambiente institucional favorável à conservação da biodiversidade e ao manejo sustentável dos recursos naturais: tributação, regulamentação, promoção de normas proativas - Criação de mecanismos de financiamento sustentável/innovador para a biodiversidade (fundos fiduciários)
--	---	---	---	---	--	---



Dimensão 5a. Transição para uma trajetória de baixo carbono

Os níveis 1 a 3 são progressivos e cumulativos: o nível superior só pode ser atingido se as condições do nível inferior forem cumpridas.

	-2	-1	0	+1	+2	+3
Mitigação	Projeto gerando efeito estruturante de engessamento no longo prazo, pondo em perigo a pertinência da necessária implementação de soluções menos carbonadas no seu setor ou de uma trajetória de baixo carbono	O projeto não é coerente com os objetivos das políticas climáticas do país ou com os objetivos identificados no âmbito da análise da trajetória de baixo carbono	O projeto não tem efeito sobre as alavancas de mudança , mas é coerente com uma trajetória de baixo carbono	O projeto é sintonizado com as políticas climáticas do país e contribui para uma trajetória de baixo carbono por meio da sua ação sobre pele menos uma das alavancas seguintes: medidas técnicas, mobilização dos atores financeiros e privados, efeitos sobre as políticas públicas	O projeto contribui significativamente para uma trajetória de baixo carbono por meio de sua ação sobre pelo menos duas das alavancas seguintes: medidas técnicas, mobilização dos atores financeiros e privados, efeitos sobre as políticas públicas	O projeto traz uma contribuição estruturante à trajetória de baixo carbono do país por meio de sua ação sobre todas as alavancas de mudança: medidas técnicas, mobilização dos atores financeiros e privados, efeitos sobre as políticas públicas
Critério	Exemplos					Efeito
	Sintonização com as políticas Climáticas de baixo carbono					
	Projeto coerente com os objetivos da contribuição nacionalmente determinada (CND) ou com as políticas nacionais correspondentes					neutro
	Projeto pouco coerente com os objetivos da CND ou com os objetivos identificados no âmbito da análise da trajetória de baixo carbono					negativo
	Efeitos sobre as políticas públicas					
Implementação, experimentação de instrumentos ou mecanismos econômicos, tributários e fiscais, regulamentares, informacionais, educacionais, de pesquisa e desenvolvimento	<p>O projeto contribui para a adoção de decisões regulamentares ou estratégicas que favoreçam de forma sustentada o desenvolvimento de baixo carbono</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoio ou adoção de políticas setoriais (energia, desenvolvimento agrícola, florestas, urbanização, resíduos, transporte etc.) que favoreçam um desenvolvimento de baixo carbono. - Apoio à elaboração de planos estratégicos (Estratégia baixo carbono de longo prazo). - Contribuição para a adoção de leis e regulamentos que facilitam de forma sustentada o desenvolvimento das energias renováveis (feed-in tariffs, marco regulamentar, objetivos de descarbonização da matriz energética, políticas formalizadas). - Implementação de uma tributação carbono. - Eliminação de subsídios às energias fósseis. - Adoção de incentivos tributários para soluções não carbonadas. <p>O projeto produz efeitos no plano do contexto institucional</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de instituições dedicadas à promoção das políticas, dos planos de investimentos coerentes com o desenvolvimento de baixo carbono. - Melhoria da coleta dos dados aproveitáveis no desenvolvimento de estratégias de baixo carbono. - Melhoria das capacidades de planejamento e de coordenação dos atores para a implementação de projetos de baixo carbono. - Fortalecimento das capacidades e formação dos atores para a inclusão das dimensões baixo carbono em diversos setores. <p>O projeto produz efeitos no plano normativo</p> <ul style="list-style-type: none"> - O projeto permite ou acompanha a adoção de normas de qualidade, de certificações, selos etc. que ultrapassem os padrões vigentes e sejam coerentes com as problemáticas de uma trajetória de baixo carbono. 					positivo
	Sem efeito em termos de políticas públicas.					neutro
	Mobilização dos atores financeiros e privados					
	<p>O projeto contribui para a mobilização dos atores financeiros e privados para o financiamento do desenvolvimento de baixo carbono</p> <p>Projeto de linha de crédito destinada a apoiar ações nos setores que contribuíam para um desenvolvimento de baixo carbono.</p> <p>O projeto facilita a participação sustentada de outros atores financeiros, imediata ou futura (projeto pioneiro).</p> <p>O projeto permite a mobilização de financiamentos públicos locais, ou do mercado local, em apoio aos investimentos que favoreçam um desenvolvimento de baixo carbono.</p> <p>O projeto favorece as abordagens inovadoras e coerentes com a transição de baixo carbono nas empresas.</p>					positivo
	Sem efeito em termos de mobilização dos atores financeiros e privados.					neutro
	Efeitos técnicos/eficiência carbono de longo prazo					
Projetos com efeitos ou potenciais estruturantes positivos coerentes com uma trajetória de baixo carbono	<p>Projeto de mitigação com um impacto substancial e sustentado sobre as emissões do país</p> <p>Projeto de energia renovável que contribua profundamente com a transformação ou a continuação da transformação da matriz energética do país.</p> <p>Projeto de mitigação com baixa contribuição para a redução na escala do país, mas com efeito cascata importante</p> <p>Projetos pioneiros de mitigação em uma cadeia de produção, com potencial de replicação.</p> <p>Projeto emissor que favorece o uso de uma tecnologia eficiente em termos de intensidade de carbono no contexto setorial nacional e pertinente em relação a uma trajetória nacional de baixo carbono de longo prazo</p> <p>Edifício novo eficiente (greenfield), gás (em determinadas condições)</p>					positivo
	Projeto sem efeito estruturante de longo prazo					neutro
	Projeto pouco emissor e de curta duração; projeto que evolui para soluções menos carbonadas					negativo
Pelo contrário, projetos com efeitos estruturantes incoerentes com uma trajetória de baixo carbono ou incluindo um alto risco de engessamento	<p>Projeto com efeito estruturante de engessamento a longo prazo que ameaça a pertinência da necessária efetivação de soluções menos carbonadas no setor ou a implementação de uma trajetória de baixo carbono</p> <p>Projetos muito emissores com impactos sustentados e substanciais sobre as emissões do país;</p> <p>Infraestruturas de longo prazo que favorecem as cadeias mais emissivas (ex. infraestruturas de transporte de combustível fóssil que induzem uma vantagem estrutural física/econômica evidente e afastam as soluções de baixo carbono necessárias)</p>					negativo



Dimensão 5b. Resiliência à mudanças do clima

Os níveis 1 a 3 são progressivos e cumulativos: o nível superior só pode ser atingido se as condições do nível inferior forem cumpridas.

-2	-1	0	+1	+2	+3
O projeto não é coerente com os objetivos de adaptação das políticas públicas e engessa o país em uma trajetória de desenvolvimento não resiliente às mudanças do clima	O projeto não é coerente com os objetivos de adaptação das políticas públicas e representa um risco significativo de aumentar a vulnerabilidade da área, OU é exposto a riscos climáticos significativos , sem tomar medidas de adaptação para enfrentá-los	O projeto não tem impacto significativo em termos de adaptação , mas é coerente com os objetivos de adaptação das políticas nacionais	O projeto traz respostas às questões de vulnerabilidade às mudanças do clima identificadas na área do projeto, em sintonia com as políticas ou prioridades nacionais de adaptação	O projeto traz respostas às questões de vulnerabilidade às mudanças do clima identificadas na área do projeto, em sintonia com as prioridades nacionais de adaptação, E inclui uma abordagem de gestão das incertezas (solidez E/OU flexibilidade da solução técnica) OU ações de fortalecimento das capacidades	O projeto tem um efeito estruturante sobre a resiliência climática da trajetória de desenvolvimento do país, em sintonia com as prioridades de adaptação das políticas públicas: - traz respostas às questões de vulnerabilidade às mudanças do clima; - inclui uma abordagem de gestão das incertezas; - prevê ações de fortalecimento das capacidades; - orienta setores e/ou territórios para modos de desenvolvimento mais resilientes às mudanças do clima

As perguntas que se seguem não necessitam de respostas exaustivas, mas visam enriquecer, do ponto de vista qualitativo, a análise do projeto sobre a resiliência

Sintonia com as prioridades nacionais de adaptação

Os objetivos do projeto são pertinentes em relação às principais necessidades de adaptação identificadas nas políticas públicas nacionais (estratégias setoriais, planos de adaptação dos territórios etc.)?

Impacto do projeto sobre as questões de vulnerabilidade

O projeto contribui para aumentar o percentual da população ciente dos efeitos previstos das mudanças do clima e das respostas mais adequadas?

O projeto permite aumentar o número de pessoas cobertas pelos sistemas de alerta precoce, e familiarizadas com eles?

O projeto permite diminuir o número de pessoas mortas, feridas ou afetadas por eventos extremos do clima?

O projeto permite uma proteção e/ou uma melhoria das infraestruturas para melhor resistir às mudanças e à variabilidade do clima?

O projeto permite manter ou melhorar os serviços ecossistêmicos e a gestão dos recursos naturais, em um contexto de mudança do clima?

O projeto permite aumentar o percentual da população com meios de subsistência mais resilientes ao clima?

O projeto permite proteger os principais setores econômicos contra os impactos negativos da mudança e da variabilidade do clima? Permite aproveitar as oportunidades?

Consideração da incerteza (grau de flexibilidade e de robustez do projeto)

Robustez: O projeto é capaz de gerar benefícios no maior número de cenários climáticos possíveis?

Fortalecimento de capacidades

Em que medida o projeto permite acompanhar o usuário final na utilização eficiente da informação sobre o clima disponível?

Flexibilidade: O projeto pode ser modificado facilmente em função das novas informações (sobre o clima ou de monitoramento-avaliação) disponíveis com menor custo para passar da solução A para uma solução B previamente identificada (mudança ou progressão gradual)?

Em que medida o projeto favorece o fortalecimento das capacidades institucionais em relação à adaptação às mudanças do clima?

Efeito transformacional do projeto

Qual o potencial de duplicação e de aumento de escala do projeto?

Em que medida as ações de informação e de conscientização do projeto resultam em mudanças profundas e sustentadas dos modos de pensar e agir (mudanças comportamentais)?

Em que medida o projeto favorece a coordenação intersetorial e intrasetorial sobre a adaptação às mudanças do clima, a integração sistemática do risco climático nos processos decisórios, no planejamento e no processo orçamentário e o envolvimento dos principais atores na elaboração dos projetos de adaptação (inclusive no plano local)?

Em que medida o projeto permite identificar as estratégias de financiamento pertinentes para a adaptação?



Dimensão 6. Perenidade dos efeitos do projeto e marco de governança

Os níveis 1 a 3 são progressivos e cumulativos: o nível superior só pode ser atingido se as condições do nível inferior forem cumpridas.

	-2	-1	0	+1	+2	+3
Subcritérios de notação	O projeto não se enquadra no ambiente institucional (marco legal, normativo) OU está em contradição com um dos subcritérios de governança propostos pela AFD OU a modelagem do projeto não leva em consideração o papel de regulador do Estado	O projeto não trouxe soluções suficientes às deficiências do promotor do projeto , colocando em risco a própria sustentabilidade OU Apesar das medidas pretendidas, o contexto não permite garantir a perenidade do projeto	Após análise , não se pode estabelecer a perenidade do projeto E o projeto não tem efeitos sobre a governança para além do projeto	É garantida a perenidade dos efeitos do projeto : as capacidades do promotor do projeto e os processos de tomada de decisão (consulta, participação, planejamento), bem como o financiamento, são suficientes	O projeto prevê efeitos perenes sobre o marco institucional através do modo de elaboração das decisões (consulta e participação), da informação e da transparência.	O projeto prevê efeitos significativos sobre uma ou mais áreas estruturantes da governança (tributação, Estado de Direito, Direitos humanos, participação cidadã, Comuns, etc.)
Informações e transparência	Falta de dados ou de compartilhamento de dados comprometendo a política ou o projeto previsto	Dados insuficientes/incompletos para a adequada concepção do projeto E/OU falta de compartilhamento da informação com as respectivas populações e os atores	O efeito do projeto sobre a governança não pode ser avaliado porque não foi realizado nenhum diagnóstico sobre o sistema de informação e a transparência	Existência dos dados necessários, sendo contemplados na concepção do projeto e encaminhados às partes interessadas	Sistemas de informação (dados e inovações tecnológicas) que permitem aprimorar as políticas públicas e/ou os projetos em um setor ou uma região	Informações (dados, estatísticas, tecnologias, liberdade de informação, E-governo) que permitem aprimorar a informação dos cidadãos e a transparência da vida pública em escala nacional
Consulta e participação	Exclusão de indivíduos ou grupos de indivíduos da tomada de decisões que afetam seus interesses e suscetível de gerar conflitos (econômicos, sociais, etc.) e crises	Ausência ou insuficiência de consulta às partes interessadas (em especial vulneráveis) e de identificação das suas expectativas OU modalidades de consulta favorecendo a manutenção do clientelismo	O efeito do projeto sobre a governança não pode ser estabelecido porque não foi realizado nenhum diagnóstico sobre o sistema de informação e a transparência	Consideração dos interesses das partes interessadas locais do projeto (concepção, execução/acompanhamento) para garantir a sustentabilidade da ação prevista	Os processos de consulta e participação geram efeitos benéficos no marco constitucional (regional, setorial, agremiações profissionais, intersetoriais, estruturação das organizações locais, acompanhamento das mudanças institucionais etc.), para além do projeto	Efeitos significativos sobre os processos nacionais de consulta e participação (participação cidadã, diálogo social ou público/privado, relação administração/administrado etc.)
Planejamento, execução e supervisão	Processos de tomada de decisão, de execução e supervisão não condizentes com o ambiente institucional OU que não permitem garantir o planejamento, a execução e a supervisão OU não levam em consideração o papel regulador do Estado	Medidas previstas no projeto, processos de tomada de decisão, de execução e supervisão insuficientes para garantir a perenidade do projeto	O efeito do projeto sobre a governança não pode ser estabelecido porque não foi realizado nenhum diagnóstico a respeito de planejamento, supervisão e execução	Capacidade da MOA de executar corretamente o projeto e a sua supervisão por meio de recursos técnicos e humanos internos, e graças ao seu domínio dos procedimentos e ao seu posicionamento no campo institucional.	Fortalecimento das capacidades em termos de planejamento, execução ou supervisão no nível do marco institucional do setor ou de uma estrutura/órgão institucional regional	Efeitos estruturantes do projeto sobre as políticas públicas: - planejamento e supervisão estratégica (estratégia do país e planejamento) - execução (descentralização, desconcentração, organização dos serviços públicos, coordenação) - ou fiscalização e prestação de contas
Direitos e justiça	- Risco de agravamento dos ataques aos direitos humanos, em especial das pessoas vulneráveis - Falta de acesso ao direito ou à justiça	Insuficiência das medidas visando garantir a perenidade do projeto, em matéria: - regulamentar - de proteção dos direitos humanos e das pessoas vulneráveis - de acesso ao direito ou à justiça - ou de reforma da propriedade fundiária	O efeito do projeto sobre a governança não pode ser avaliado porque não foi realizado nenhum diagnóstico sobre o sistema de informação e a transparência	Efeito das medidas regulamentares/judiciais ou de proteção dos direitos humanos ou de reforma da propriedade fundiária relacionadas com a implementação do projeto, gerados além do ciclo do projeto	Medidas ensejando, em nível setorial ou regional, um aprimoramento significativo das leis e regulamentos ou do acesso ao direito e à justiça ou do sistema de administração da propriedade fundiária	Reforma ensejando: - aumentar a eficácia do sistema jurídico ou judicial nacional - a efetiva proteção dos direitos humanos e das pessoas vulneráveis, dos direitos civis e políticos - o sistema fundiário nacional
Governança econômica e financiamentos	Modelagem institucional suscetível de aumentar os riscos financeiros e econômicos (lavagem de dinheiro, corrupção, endividamento público, favoritismo etc.) na escala de um ou mais com a participação de diversos setores, ou ainda, de manter a instabilidade institucional	Insuficiência das medidas previstas em matéria de governança econômica e/ou financeira para garantir a perenidade do projeto	O efeito do projeto sobre a governança não pode ser estabelecido porque não foi realizado nenhum diagnóstico a respeito de governança econômica e financiamentos	Capacidades em matéria de governança econômica modelo de financiamento ensejando garantir a perenidade do projeto	Medidas em matéria de governança econômica e/ou de financiamento gerando efeitos benéficos sobre as finanças públicas ou o ambiente de negócios e a concorrência	Efeitos estruturantes do projeto sobre: - a administração das finanças públicas nacionais e/ou dos governos locais (estabelecimento dos orçamentos e das contas, tributação, execução das despesas, fiscalização etc.) - o marco regulatório dos atores econômicos (marco de investimentos, autoridade da concorrência etc.)